



## ***LEI ORDINÁRIA Nº 1027***

*de 08 de abril de 2015*

### **"Dispõe sobre a fiscalização, autuação e remoção de veículos automotores abandonados nos logradouros públicos no Município de Chapadão do Sul".**

*A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL - MS, aprovou e o PREFEITO MUNICIPAL sanciona e promulga a seguinte Lei:*

#### ***Art. 1º..***

*Fica proibida a permanência nos logradouros públicos do município de Chapadão do Sul, de veículos automotores sem condições de circulação, nos termos desta Lei.*

#### ***Art. 2º..***

*Considera-se sem condições de circulação, os veículos que:*

##### ***I.***

*em fiscalização pelo órgão competente, não estejam dotados dos requisitos, especificações e documentações estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro, e legislação correlata;*

##### ***II.***

*com falta de um, alguns ou todos os vidros: frontal, traseiro ou lateral, quando for de sua característica;*

##### ***III. sem pneus ou rodas;***

##### ***IV.***

*com um ou mais pneus furados, sem qualquer sinalização de alerta de providências para o conserto;*

***V. sem um ou mais faróis e demais luzes de sinalização de trânsito;***

**VI.**

*com a lataria enferrujada ou faltante;*

**VII.**

*sem motor ou motor danificado;*

**VIII.**

*sem emplacamento, ressalvadas as limitações permitidas pela Lei Federal para os veículos em fase de emplacamento;*

**IX.**

*apresentar problema em qualquer item veicular que impeça a locomoção do mesmo.*

**Parágrafo único. .**

*A caracterização do veículo sem condições de circulação de que trata este artigo poderá ser dar pela verificação de uma ou mais hipóteses nele previstas.*

**Art. 3º..**

*Compete ao Departamento ao Departamento de Trânsito do Município - DEMUTRAN, no exercício do poder de polícia, a fiscalização e autuação do veículo automotor abandonado nos logradouros públicos.*

**Art. 4º..**

*Constitui infração a permanência nos logradouros públicos do município de Chapadão do Sul, de veículos automotores sem condição de circulação.*

**Art. 5º..**

*O veículo automotor encontrado nos logradouros públicos nas condições do artigo 2º, será identificado através de suas placas ou chassi e o proprietário, constante nos cadastro e órgãos de trânsito, será notificado para removê-lo no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de remoção forçada e aplicação da penalidade de multa pecuniária.*

### **Parágrafo único. .**

*O valor da multa será recolhido aos cofres públicos municipais, para custeio das despesas com as autuações a serem emitidas.*

### **Art. 6º..**

*O proprietário notificado poderá apresentar defesa no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar do recebimento da notificação, justificando a impossibilidade de remoção, cuja defesa será analisada pela autoridade competente e proferida decisão em igual período.*

### **Parágrafo único. .**

*O proprietário será notificado da decisão proferida para ciência e, caso esta não seja acolhida, para remoção do veículo em 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da notificação.*

### **Art. 7º..**

*A não remoção do veículo nos prazos acima estipulados caracterizará a intenção de abandono do bem móvel, ficando o agente fiscalizador autorizado a realizar a remoção forçada e providenciar a destinação própria ao veículo, cujas despesas serão repassadas ao proprietário do mesmo, sem prejuízo da aplicação da penalidade de multa pecuniária.*

### **Art. 8º..**

*Se o proprietário, ao receber a notificação pela primeira vez, proceder a remoção voluntária do veículo no prazo estipulado no art. 4º e voltar abandoná-lo, restará configurada a reincidência, ocasião em que a multa pecuniária será aplicada em dobro e a remoção será forçada, seguindo-se o procedimento acima estipulado, independentemente do prazo transcorrido entre a primeira e a segunda ocorrência.*

### **Parágrafo único. .**

*A multa prevista no "caput" desse artigo será aplicada mesmo que ocorra a remoção voluntaria do veículo por seu proprietário.*

**Art. 9º..** Caso o proprietário volte a abandonar o veículo pela terceira vez, configurando novamente reincidência, o veículo será imediatamente removido, sem prévia comunicação ao proprietário reincidente e a multa será aplicada em dobro, independentemente do prazo transcorrido entre a primeira e a terceira ocorrência.

**Art. 10.**

Considera-se abandono também, o veículo que, embora em condições de circulação, ficar estacionado em logradouro público por período superior a cinco dias consecutivos e não for removido após a notificação para tanto, ficando o proprietário sujeito as penalidades.

**Art. 11.**

As despesas com remoção e estadia do veículo serão de responsabilidade do proprietário.

**Art. 12.**

O procedimento a ser adotado pelo agente fiscalizador e as penalidades, serão regulamentadas pelo Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta lei.

Chapadão do Sul, 08 de abril de 2015.

LUIZ FELIPE BARRETO DE MAGALHÃES PREFEITO  
MUNICIPAL

---

Lei Ordinária Nº 1027/2015 - 08 de abril de 2015

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em